

[illegible]

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Analise o ditado popular: “Nem tudo que reluz é ouro”. Assinale a alternativa com a correta interpretação:

- a) Um acontecimento aparentemente ruim pode representar algo bom no futuro.
- b) **Nem sempre as aparências contam, é preciso conhecer melhor uma pessoa por dentro para saber qual é o seu caráter.**
- c) É mais importante ter algo menos valioso, mas concreto, do que algo valioso, mas que é difícil de ser obtido.
- d) Pessoas que se isolam ou não se mostram podem ser esquecidas ou substituídas por outras que estão mais à vista.

2 - Assinale a alternativa em que o par de antônimos está INCORRETO:

- a) bendizer e maldizer
- b) rápido e lento
- c) **alto e pequeno**
- d) soberba e humildade

3 - Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente grafadas com “CH”:

- a) **bochecha; cachaca; boliche**
- b) broche; brucha; chuchu
- c) mecherico; salsicha; chícara
- d) colcha; gracha; cherife

4 - Assinale a alternativa em que a palavra está com a divisão silábica INCORRETA:

- a) Pas-sa-re-la
- b) Ap-to
- c) Psi-có-lo-go
- d) **P-neu**

5 - Assinale a alternativa em que a frase está escrita de forma INCORRETA:

- a) O assento estava vazio naquele momento.
- b) O conserto da geladeira foi realizado com eficácia.
- c) **O prazo para realização das matrículas espirou.**
- d) O rapaz não tinha senso de humor.

6 - Está correta a frase: Anulada

- a) A polícia chegou ao local exatamente ao meio dia e meia.
- b) O melhor é tomar menos bebidas artificiais e mais suco.
- c) A bolacha integral possui tanta calorias quanto o pão.
- d) Já temos idade suficientes para tomar decisões.

7 - Assinale a frase em que o sujeito é composto:

- a) Os meninos foram ao parque de diversão.
- b) O arquipélago situa-se no Oceano Atlântico.
- c) **O tomate e a cebola são os grandes vilões da inflação.**
- d) Todas as alternativas estão corretas.

8 - A concordância verbal está correta em:

- a) Chovem todos os dias no verão.
- b) A classe julgam necessárias as melhorias dos benefícios.
- c) João ou Vítor vencerão a corrida.
- d) **Fazia dez anos que eu não a via.**

9 - Assinale a alternativa em que o termo destacado foi utilizado de forma INCORRETA:

- a) Alice está se sentindo mal essa manhã.
- b) Ele é um homem muito mau.
- c) Fui muito mal no exame final.

d) Seu mal humor ultrapassou os limites do suportável.

10 - Assinale a alternativa em que NÃO há concordância verbal:

- a) **Os médicos medicaram no posto amanhã.**
- b) Os alunos foram ao centro da cidade.
- c) A professora pediu silêncio.
- d) Tivemos uma ótima aula de ciências.

DIREITO

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

11 - A desapropriação por utilidade pública poderá ser feita nos seguintes casos, nos termos do Decreto-Lei 3.365/1941:

- a) **Criação e melhoramento de centros de população, funcionamento dos meios de transporte coletivo e reedição ou divulgação de obra ou invento de natureza científica, artística ou literária.**
- b) Segurança nacional, utilização sustentável dos recursos naturais e preservação do meio ambiente.
- c) Reforma agrária; aproveitamento racional da terra, salubridade pública.
- d) Exploração ou conservação dos serviços públicos

12 - É vedado à União, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) Dar fé aos documentos públicos.
- b) **Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.**
- c) Realizar a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- d) Fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública.

13 - É dispensável a licitação:

- a) Quando acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- b) Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou opinião pública.
- c) Para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico, independentemente de aprovação do Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
- d) **Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.**

14 - São competências do Município, exceto:

- a) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

c) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

d) **manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.**

15 - Sobre a responsabilidade civil do Estado, temos o seguinte entendimento recente do Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

a) **A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.**

b) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, em todos os casos.

c) A responsabilidade civil do Estado em caso de suicídio do preso é objetiva, existindo sempre o dever de indenizar, independentemente da existência de causa excludente de responsabilidade.

d) O estado responde, subjetivamente, pelos danos causados por notários e registradores.

16 - Em relação à invalidação do ato administrativo, pode-se afirmar que:

a) **A Administração pode revogar ou anular o ato administrativo, e o Judiciário somente pode anulá-lo.**

b) Ao Judiciário cabe revogar ou anular o ato administrativo, e à Administração compete somente anulá-lo.

c) Tanto a Administração quanto o Judiciário podem revogar ou anular o ato administrativo.

d) Compete à Administração somente a revogação do ato administrativo, enquanto que ao Judiciário cabe apenas sua anulação.

17 - Conforme disciplina a Constituição Federal, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbirá ao Poder Público, exceto:

a) Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

b) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

c) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

d) **A defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro.**

18 - Acerca do homeschooling:

a) **De acordo com o julgado recente do Supremo Tribunal Federal, não é possível, atualmente, o ensino domiciliar como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação.**

b) O conceito de homeschooling se confunde com o de desescolarização.

c) A Constituição Federal prevê vedação absoluta ao homeschooling.

d) Há legislação específica que regulamenta o homeschooling no Brasil.

19 - Sobre a acumulação de cargos públicos:

a) É permitida a acumulação de cargos públicos em todas os casos.

b) **É possível a acumulação de cargos mesmo que a jornada semanal ultrapasse 60h, para profissionais da área de saúde.**

c) É proibida para dois cargos de professor.

d) É vedada para os profissionais da saúde.

20 - Em relação ao disposto na Lei Federal nº 8.429/1992:

a) A posse e o exercício de agente público não ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

b) O prefeito não pode ser condenado por crime de responsabilidade e por ato de improbidade.

c) **Ao particular aplica-se o mesmo regime prescricional previsto na lei de improbidade administrativa para os agentes públicos.**

d) A nomeação da esposa do Prefeito como Secretária Municipal configura, por si só, nepotismo e ato de improbidade administrativa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21 - Acerca da aplicação das normas processuais (Código de Processo Civil), assinale a alternativa correta:

a) A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras e estrangeiras, independentemente das convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

b) A norma processual retroagirá e sua retroação será aplicável imediatamente aos processos em curso.

c) **A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.**

d) Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições do Código de Processo Penal lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

22 - Acerca da capacidade processual (Código de Processo Civil), assinale a alternativa correta:

a) **Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.**

b) O capaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

c) O cônjuge não necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.

d) O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, apenas por seu prefeito.

23 - Além de outros previstos no Código de Processo Civil, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:

- a) expor os fatos em juízo, sempre que possível, conforme a verdade.
- b) formular pretensão ciente de que é destituída de fundamento.
- c) **não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.**
- d) cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, mas criar embaraços à sua efetivação;

24 - Acerca da Advocacia Pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- c) A intimação pessoal da Advocacia Pública far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- d) **O benefício da contagem em dobro se aplica à Advocacia Pública ainda que a lei estabeleça, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.**

25 - Sobre provas, disciplina o Código de Processo Civil:

- a) Dependem de prova os fatos notórios;
- b) Dependem de prova os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária;
- c) Não dependem de prova os fatos não admitidos no processo como incontroversos;
- d) **Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.**

DIREITO CIVIL

26 - Walter, 16 anos, é exímio desenhista e começou a produzir e vender camisetas a pessoas próximas, de seu colégio e de sua família. Em menos de seis meses, o negócio cresceu exponencialmente e ele abriu um sítio eletrônico de vendas. Sua renda é tão alta que lhe permite arcar com suas despesas pessoais, sustentar seus pais e ainda aplicar na poupança.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) **Cessou para Walter, ainda que menor, a incapacidade.**
- b) Walter é absolutamente incapaz.
- c) Walter é relativamente capaz, devendo ser assistido por seus pais em todos os contratos assinados em decorrência de sua atividade negocial. Walter apenas adquirirá a plena capacidade caso seus pais o emancipem.
- d) Walter apenas adquirirá a plena capacidade caso seus pais o emancipem.

27 - Um determinado prédio histórico da cidade de Ilhabela passa por reformas. Para tanto, foram retiradas algumas de suas janelas e partes do piso de algumas áreas. Após determinados procedimentos, tais materiais serão reintegrados ao imóvel. Segundo o Código Civil, essas janelas e partes do piso são bens:

- a) Móveis.
- b) **Imóveis.**
- c) Consumíveis.

- d) Imóveis, mas, durante o período de retirada, móveis.

28 - É sabido que o decurso do tempo exerce efeitos sobre os negócios jurídicos. Considerando as disposições do Código Civil quanto à prescrição e à decadência, assinale a alternativa correta.

- a) A prescrição importa na extinção do direito potestativo; já a decadência extingue o direito subjetivo.
- b) A renúncia à prescrição, desde que seja expressa, sem prejudicar terceiros e realizada depois que a prescrição se consumir, é válida.
- c) **Dentro do conceito da prescrição, ela pode ser aquisitiva ou extintiva, uma vez que pode importar na aquisição ou extinção de direitos.**
- d) Mesmo sendo possível ao juiz suprir a alegação de quem a aproveita, quando a decadência for convencionada entre as partes, o interessado poderá alegá-la em qualquer grau de jurisdição.

29 - Assinale a alternativa correta sobre responsabilidade civil.

- a) É objetiva a responsabilidade civil do sócio de uma sociedade empresária, em regra, em relação aos danos causados pela pessoa jurídica.
- b) Aquele que demandar por dívida já totalmente paga, ficará obrigado a pagar ao demandado o triplo do que houver cobrado.
- c) A obrigação de indenizar não se transmite com a herança.
- d) **Decidido, no juízo criminal, sobre a autoria de determinado ato, tal questão não poderá ser rediscutida no juízo cível.**

30 - Domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa natural não pode ter mais de um domicílio para os fins legais.
- b) **O Município tem domicílio no lugar onde funciona a administração municipal.** (alternativa correta)
- c) As seguintes pessoas tem domicílio onde escolherem: o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- d) A pessoa natural não pode fixar seu domicílio profissional em mais de um local.

Boa Prova!